

# TALKING TRADE

WITH *wit*  
Women Inside Trade



## Entrevista com Daniela Benjamin

Neste mês de outubro de 2019, o Talking Trade with WIT trata da importância da OCDE e da entrada do Brasil na organização. Convidamos a WIT Daniela Benjamin para falar mais sobre isso.

Daniela é advogada de formação, com mestrado em direito internacional e pós-graduação em direito da integração europeia. Diplomata e, desde janeiro de 2018, atua como Delegada Adjunta do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris, dentre as quais OCDE. Prévio ao cargo em Paris, chefiou, no Itamaraty, a área de contenciosos na OMC. E trabalhou igualmente na Delegação do Brasil junto à UNESCO e com temas de integração regional, incluindo o MERCOSUL.

Como nas edições anteriores, a ideia do Talking Trade é ouvir o que as WITs têm para falar – conversa de especialista, mas jeito de bate-papo.

Boa leitura!

*Coti Negri e Tatiana Prazeres – Líderes do GT Comércio, WITs*

## **1. O que o Brasil ganha com a entrada na OCDE? Se olharmos a experiência da entrada de países vizinhos na região quais são as principais lições?**

O Brasil passará a se beneficiar sistematicamente das análises e trocas de experiências promovidos pela OCDE em áreas centrais para a estratégia de desenvolvimento do país. Passará, igualmente, a ter maior influência na definição das linhas de trabalho e dos instrumentos da OCDE, o que é relevante dado o papel crescente da organização como um dos centros de gestão da economia internacional e de definição de padrões e normas com impacto direto sobre a economia brasileira. A experiência de países vizinhos demonstra que, combinada com reformas estruturais, a acessão tende a ter efeitos positivos sobre fluxos de comércio e investimentos, implicando grande exercício de benchmarking e reflexão sobre políticas públicas de qualidade.

## **2. No início do ano durante o encontro entre o Presidente Trump e Bolsonaro houve a declaração de apoio formal dos EUA à entrada do Brasil na OCDE. Após toda a comemoração, como devemos interpretar a carta do secretário Pompeo deste mês? Os EUA apoiam ou não a entrada do Brasil? Quais os próximos passos no processo?**

A entrada do Brasil na OCDE e dos outros 5 candidatos (em ordem alfabética Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia) requer consenso entre os membros da OCDE. Sem o apoio formal dos Estados Unidos, portanto, a candidatura brasileira não poderia ser considerada. A decisão sobre o início do processo em si, contudo, depende de um acordo entre os membros sobre o ritmo e a sequência de processamento das seis candidaturas, o que ainda não ocorreu. Alguns países, como os EUA, têm defendido um processo de ampliação gradual, iniciando pelos países que aguardam uma decisão há mais tempo. Outros gostariam de um horizonte temporal definido para o início do processo dos demais candidatos. Em resumo, sim, os EUA apoiam a entrada do Brasil, mas ainda será preciso aguardar o consenso sobre a questão mais geral, que vai além da candidatura de um país específico, mas envolve uma discussão mais ampla sobre o funcionamento da OCDE.



Women Inside Trade

**3. Dentro da estratégia de aproximação à OCDE o Brasil acelerou a adesão a diferentes instrumentos do aquis da organização. Mais especificamente nos chama a atenção a negociação em curso dos dois Códigos de Liberalização de Movimento de Capitais e Intangíveis. Esses instrumentos são vinculantes e costumam ser negociados apenas depois de o país ter sido aceito como candidato. O Brasil inovou nessa frente? Qual a relevância desses instrumentos para economia do país?**

O Brasil tem buscado aprofundar paulatinamente a interação com a OCDE, isto é, participar mais nos órgãos e aderir a instrumentos do acervo normativo da OCDE (“acquis”), a grande maioria dos quais é consistente com a legislação brasileira ou contribui para o exercício de reformas internas. O Brasil é o país não membro da OCDE que mais aceitou a instrumentos da organização. Já aderiu a 82 dos 253 e está em processo de acessão a cerca de 62 adicionais, incluindo os Códigos de Liberalização, que são considerados centrais. Desde que países não membros puderam aderir aos códigos, Brasil, Argentina e África do Sul, pediram para começar a negociação, mas o Brasil é o que está mais avançado. Em outras áreas, foi a primeira vez que um país não membro solicitou adesão a determinados instrumentos. A expectativa é que a estratégia permita que os membros tenham crescente familiaridade com as políticas brasileiras, o que tende a imprimir agilidade ao processo futuro de acessão. Do ponto de vista interno, o alinhamento aos instrumentos já vai ajudando no aperfeiçoamento das políticas públicas no país.

**4. No âmbito da OCDE as normas, em sua maioria, são sem caráter vinculante e não há mecanismo de solução de controvérsias, mas ainda assim essas normas produzem efeitos concretos. Por quê?**

Independentemente de sua natureza jurídica vinculante ou não, os instrumentos normativos da OCDE costumam refletir o consenso dos membros (governos e sociedade em geral) sobre determinados princípios e práticas que devem orientar a elaboração de políticas de qualidade.



Women Inside Trade

Resultam de análises cuidadosas baseadas em dados e evidências coletadas pelo secretariado sob orientação dos comitês e estão sujeitas a constante “peer review”. Elas possuem, nesse sentido, a legitimidade de terem resultado de um diálogo fundamentado sobre as coisas certas a fazer, que é como alguém já definiu o direito internacional, e, conseqüentemente, possuem alto grau de aderência e alcance.

## **5. A Iniciativa de Gênero da OCDE examina as barreiras existentes à igualdade de gênero na educação, no emprego e no empreendedorismo. Quais os destaques da última edição? Há alguma outra iniciativa interessante da OCDE sobre gênero? Algo que relacione gênero e comércio?**

A OCDE tem sido pioneira nessa discussão. Segundo a edição de 2019 do Social Institution and Gender Index, desenvolvido para monitorar leis e práticas que restringem o acesso de mulheres e meninas a direitos e oportunidades de empoderamento em diferentes países, as barreiras existentes nessa área implicam uma redução de 8% nos níveis de investimento global e cerca de 7,5% da renda global (cerca de 6 trilhões de dólares retirados da economia). Na avaliação da OCDE, se as barreiras medidas pelo SIGI forem eliminadas até 2030, poderia haver um crescimento de 0,4% do PIB mundial até lá.

O tema é alvo de crescente atenção, perpassando praticamente todas as análises e estudos em curso, em particular nas áreas de educação, governança, emprego, saúde, transformação digital, ciência e tecnologia, comércio e agricultura e empreendedorismo. Outra das iniciativas atuais que destacaria, e a do OECD Gender Data Portal, que inclui indicadores sobre igualdade de gênero em setores chaves da economia e a plataforma on line lançada em 2018 com compilação de boas práticas e recomendações para promover igualdade de gênero na esfera pública.

Na área de comércio, a OCDE deverá aprofundar estudos sobre o papel que políticas domésticas, estratégias de investimento e a cooperação internacional podem ter para ampliar as oportunidades para as mulheres.



Women Inside Trade